

Cahora Bassa nas relações bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007

Marta Patrício

Centro de Estudos Africanos
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Introdução

Na segunda metade do século XX Portugal pretendia assegurar a sua continuidade em África a todo o custo, travando guerras em três frentes (Angola, Guiné e Moçambique) e engendrando formas de dinamizar a colonização em larga escala através de grandes empreendimentos. A barragem de Cahora Bassa (HCB) é disso exemplo.

Esta barragem foi construída em Tete (Moçambique) entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 e o culminar das obras coincidiu com a independência de Moçambique. A África do Sul, enquanto único comprador da energia produzida, possuía uma posição dominante e contratualmente protegida, influenciando assim durante anos as negociações sobre as tarifas. Se o preço das tarifas subisse, a compra de electricidade a Cahora Bassa deixaria de ser competitiva para a África do Sul e a sua retirada seria imediata; porém, se os preços permanecessem sempre baixos, a HCB nunca conseguiria devolver a Portugal a quantia investida na sua construção e seria incapaz de assegurar a sua sustentabilidade financeira perante os constantes prejuízos.

Enquanto a posição sul-africana não autorizou o fornecimento de energia a outros compradores, Portugal e Moçambique ficaram "aprisionados" a Cahora Bassa. Foi assim até ao momento em que a África do Sul possibilitou ao Zimbabwe comprar electricidade à HCB e, posteriormente, se procedeu ao processo da reversão do empreendimento em 2007, quando Moçambique passou a deter a maioria da participação no empreendimento em detrimento de Portugal.

Deste modo, e durante cerca de trinta anos, Cahora Bassa gerou um contencioso económico-financeiro interligado com uma instabilidade político-diplomática: Portugal e Moçambique tinham um obstáculo que os impedia de enviar Relações Bilaterais saudáveis e as suas relações de cooperação sofriam com isto. A partir do momento da reversão da HCB esta situação conheceu uma mudança substantiva, bem visível no ambiente que rodeou as visitas oficiais ao mais alto nível.

Construção da Barragem de Cahora Bassa

O rio Zambeze, que se situa inteiramente na África Austral, é o maior sistema hídrico da região. Nasce na Zâmbia, a 1.500 metros de altitude, e desagua no Oceano Índico após passar pelo território de Moçambique. A área da sua bacia hidrográfica é de cerca 1.385.300 km², atravessando os territórios de Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Actualmente existem duas grandes barragens no rio Zambeze: Kariba, na fronteira entre a Zâmbia e o Zimbabwe, e Cahora Bassa, em Moçambique; ambas são das maiores fontes de energia eléctrica da África Austral (UNEP 2002, 48).

Kariba começou a ser construída na zona que actualmente se situa entre a Zâmbia e o Zimbabwe em meados da década de 1950 pela Federação Centro-Africana¹, com o objectivo de fornecer electricidade à recém-criada

¹ Estado semi-independente que existiu de 1953 a 1963 e que era constituído pela Rodésia do Norte e do Sul (actuais Zâmbia e Zimbabwe, respectivamente) e pela Niassalândia (actual Malawi).

Central African Power Corporation. Subsequentemente começou a desenvolver-se a ideia de aproveitar o caudal do Rio Zambeze para a produção de energia eléctrica, nomeadamente na garganta de Cahora Bassa (Ministério do Ultramar 1971).

Em estimativa, a produção anual de energia hidroeléctrica em Cahora Bassa situar-se-ia em mais de 16 mil milhões de Kw (Pinto 2007, 68). Porém, a única forma de assegurar este volume de produção passava pela necessidade de toda esta electricidade ser comprada. A pesquisa científica realizada no campo da alta voltagem demonstrava que já era possível transmitir electricidade a cerca de 700 Km de distância em corrente alterna ou corrente contínua e sem grandes perdas. Portugal teria então de encontrar um parceiro de peso e credível que necessitasse de energia e lhe pudesse garantir a compra do grande volume que ali viria a ser produzido.

A construção do empreendimento de Cahora Bassa representava a continuação da presença portuguesa em Moçambique e, num plano de análise geopolítica, a África do Sul tinha todo o interesse nesta possibilidade – com a crescente condenação internacional do *apartheid*, e com o aumento das acções de guerrilha do movimento de oposição *African National Congress* (ANC), a África do Sul via com bons olhos a existência de um Estado-tampão entre a sua fronteira e a dos restantes Estados “negros”. Porém, a decisão final cabia a uma instituição que não demonstrava qualquer interesse em Cahora Bassa: a *Electricity Supply Commission* (ESKOM)², responsável pelo fornecimento de mais de 90% de toda a electricidade na África do Sul, não pretendia garantir as suas reservas através do estabelecimento de uma relação de dependência externa.

No entanto, com alguma pressão, as negociações entre a ESKOM e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal desenvolveram-se a partir de 1966 e, em Julho de 1967, a ESKOM finalmente aceitou o fornecimento de energia a partir de Cahora Bassa nos valores de 1.000 Mw em Janeiro de 1974 e 1.200 Mw em Janeiro de 1978, a um preço de 0,3 cêntimos de rand por quilowatt por hora (cR/kwh); destes, 75 Mw seriam reenviados da rede sul-africana para Lourenço Marques. Em compensação, Portugal abandonava a ideia de estabelecer uma linha de fornecimento eléctrico à Rodésia e aceitava que a África do Sul, enquanto principal cliente, teria de ser consultada quanto ao preço e quantidade de electricidade vendidos para qualquer outro comprador (Middlemas 1975, 58-60). Contudo, ainda haveria de passar um ano até que este acordo fosse formalmente assinado.

Consórcio, financiamento e construção

A mobilização empresarial para a constituição de consórcios iniciou-se em 1966. O consórcio responsável pela construção de Cahora Bassa deveria apresentar competências correspondentes a todas as fases da obra – engenharia civil, engenharia electro-mecânica, conversão e transmissão de corrente eléctrica – e deveria igualmente garantir os riscos financeiros envolvidos. A ZAMCO – *Zambeze Consórcio Hidroeléctrico* (consórcio heterogéneo de empresas de diversas nacionalidades – alemãs, francesas, sul-africanas, italiana, sueca e portuguesa) foi a seleccionada.

Durante os dezoito meses que se seguiram à escolha do consórcio ainda ocorreram muitas discussões sobre pormenores técnicos e políticos. Em Setembro de 1968, Marcello Caetano sucedia a António de Oliveira Salazar na Presidência do Conselho de Ministros de Portugal, mas o projecto não sofreu alterações. A assinatura do contrato final para a construção da barragem de Cahora Bassa ocorreu assim apenas a 19 de Setembro de 1969³ e contou com uma alteração aos valores energéticos estabelecidos em 1968: a África do Sul aceitou que no período entre 1974-77 o fornecimento passasse a ser de 1.040 Mw, passando depois para 1.280 Mw e continuando a aumentar sucessivamente. Nesse mesmo dia se assinou também um acordo que definia Portugal e a África do Sul como

² A *Electricity Supply Commission* foi criada em 1923 e era conhecida pela sigla ESCOM. Também era conhecida pela sua designação em afrikaans: EVKOM (*Elektrisiteitsvoorsieningskommissie*). A combinação dos dois acrónimos em 1986 fez com que a empresa se passasse a denominar ESKOM e é essa designação que se utiliza neste artigo.

³ “Contrato de Fornecimento de Energia entre o Governo da República de Portugal e a *Electricity Supply Commission* da República da África do Sul”, 1969.

parceiros do empreendimento, e estabeleceu-se ainda que o fornecimento de electricidade à África do Sul deveria iniciar-se a 1 de Janeiro de 1975⁴.

Em 1968 começaram os trabalhos em Cahora Bassa, os quais sempre estiveram condicionados pela natureza imprevisível das cheias, pela hostilidade do clima e pelo acesso acidentado à zona onde iriam decorrer as obras.

A primeira fase correspondeu à construção das acessibilidades: estradas, pontes e caminhos-de-ferro na província de Tete e em ligação com o porto da Beira. Em 1970 decorreram ensaios laboratoriais dos pormenores técnicos do empreendimento, foi delineado o traçado da linha de transporte de energia para a África do Sul e iniciou-se a construção das instalações pré-fabricadas e restantes infra-estruturas no Songo, onde se instalariam os adjudicatários, os serviços de fiscalização e os trabalhadores do empreendimento.

Em 1971 já se fazia o desvio provisório do rio, o qual se processava através de duas galerias, uma em cada margem, e por duas ensecadeiras, ao abrigo das quais se executaram as fundações da barragem. Seguiram-se os trabalhos correspondentes ao fecho do rio, a remoção das ensecadeiras de protecção das bocas da galeria, construídas para que fosse possível trabalhar no seu interior durante o período de cheias de 1971 (Ministério do Ultramar 1971).

No Verão de 1971 estavam concluídos todos os trabalhos preliminares e também os cabos com 1.340 metros de altura para o sistema de transporte de energia, os silos para armazenar cimento, a maquinaria a utilizar nos trabalhos de electricidade e as câmaras subterrâneas.

Em Maio de 1972 estava concluído o desvio provisório do rio, o que permitiu iniciar a escavação da fundação e a construção da barragem. A barragem de Cahora Bassa foi implantada numa garganta estreita do Zambeze, sendo uma barragem de tipo "abóboda" com uma curvatura vertical pouco acentuada. A caverna da Central Eléctrica tem 217 metros de comprimento, 29 metros de largura e 57 metros de altura, e alberga os cinco grupos de geradores responsáveis pela produção hidroeléctrica. Em 1973 chegou a Cahora Bassa a maquinaria electro-mecânica pesada, geradores e transformadores, turbinas e as válvulas tirístores. A obra continuou a desenvolver-se: prosseguiram os trabalhos de engenharia civil, o fabrico e a montagem dos equipamentos e foram concluídos os trabalhos relativos aos estudos experimentais, bem como as obras de construção civil na barragem e no centro urbano do Songo. As linhas de transporte de energia de alta voltagem em corrente contínua para a África do Sul, numa extensão de 1.400Km em cerca de 6.400 torres de quase 40 metros de altura, concluíram-se em Janeiro de 1974 (Middlemas 1975, 121-127).

A parede principal da barragem foi-se erguendo durante a segunda metade de 1974. O enchimento da albufeira iniciou-se a 5 de Dezembro e em Janeiro de 1975 verificou-se a subida do nível da água para 286 metros. O primeiro gerador estava pronto a ser testado um mês depois. A cota de exploração normal (326 metros) foi atingida em Setembro de 1976.

Guerra e Propaganda

Quando eclodiu a guerra em Moçambique, na sequência do ataque da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) à base portuguesa do Chai, a 25 de Setembro de 1964, ainda decorria o processo de formação do consórcio para a construção do complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa. Portugal esperava que a barragem viesse a constituir uma barreira ao avanço da guerrilha da FRELIMO, cujas actividades se confinaram, durante algum tempo, ao Norte da colónia (Dinerman 2007, 16).

De facto, durante os anos seguintes, a guerra não ameaçou Cahora Bassa, cuja zona envolvente era vigiada e patrulhada regularmente; a fronteira entre a província de Tete e a Zâmbia também se encontrava sob o controlo do Exército português e a guerra parecia estar confinada às províncias de Cabo Delgado e do Niassa. O destacamento do General Kaúlza de Arriaga para Moçambique, e a sua Operação "Nó Górdio", iniciada em Setembro de 1970, demonstravam que a situação se encontrava totalmente controlada pelas forças portuguesas (Newitt 1977, 457).

⁴ "Acordo entre os Governos de Portugal e da República da África do Sul relativo ao projecto de Cahora Bassa" – Diário do Governo, I Série, nº 258, 4 de Novembro de 1969.

Esta situação inverte-se a partir de Março de 1971 com a explosão das primeiras minas da guerrilha da FRELIMO, o ataque a um camião na estrada entre Tete e o Songo, bem como a outros transportes que circulavam nas estradas mais isoladas da província. Num comunicado oficial, Kaúlza de Arriaga admitia que Cahora Bassa passara então a ser um alvo da FRELIMO (Middlemas 1975, 128-129).

Consequentemente a actividade do Exército português e da Direcção Geral de Segurança (DGS) aumentou, o número de batalhões de tropas cresceu e uma nova operação militar foi lançada em Tete (Operação "Minerva"), ao mesmo tempo que era nomeado um novo Governador militar para Moçambique, o Brigadeiro Rocha Simões.

Cinco novos batalhões de tropas chegaram então a Tete e o Governador Rocha Simões instituiu fortes medidas de segurança para a protecção de Cahora Bassa, nomeadamente um sistema de escolta para todas as deslocações civis, a fortificação das montanhas circundantes ao vale com artilharia e a protecção de todo o complexo com arame farpado duplo e um campo de minas. Simultaneamente aumentou a violência e a repressão sobre os apoiantes da FRELIMO e, a partir de 1973-74, o conjunto da população começou a ser reorganizada em aldeamentos especificamente criados e vigiados pelas forças portuguesas. Estas medidas preventivas conseguiram evitar os ataques de longo alcance a Cahora Bassa e as tentativas de subverter os trabalhadores. Em meados de 1973, Portugal infligiu pesadas derrotas à FRELIMO mas a FRELIMO retaliou, aumentando o número e a violência dos seus ataques, reacendendo-se a guerra no Norte e progredindo a guerrilha no seu avanço para o Centro.

Esta guerra não se travava apenas no campo de batalha. A propaganda era igualmente um recurso utilizado pelas forças em oposição. A FRELIMO, como todos os outros movimentos de libertação nacional, começou por procurar o reconhecimento junto das Nações Unidas (ONU) e da Organização de Unidade Africana (OUA). Neste processo, a barragem de Cahora Bassa acabou por constituir-se no seu alvo preferencial, desenvolvendo-se uma campanha de propaganda destinada a atingir Portugal e a sua política colonial. A barragem era conotada com tudo o que a FRELIMO pretendia abolir de Moçambique, pois sustentava-se que não fora construída para beneficiar Moçambique ou os moçambicanos, mas apenas para trazer benefícios aos colonos brancos e ao Estado racista da África do Sul.

Promovendo a internacionalização desta questão, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), reunida em Roma, em Julho de 1970, fez aprovar um conjunto de resoluções em que se condenavam Cahora Bassa, Portugal, a NATO, o entendimento militar entre Lisboa-Salisbury-Pretoria, e as operações das empresas multi-nacionais na África Austral (Middlemas 1975, 162). Entretanto na ONU também ia crescendo a oposição a Portugal e à sua manutenção de colónias por força das armas.

A construção da barragem acabou por se tornar num confronto de vontades e de propaganda: enquanto a FRELIMO se esforçava por impedir, diplomática e militarmente, a construção da barragem, Portugal afirmava que tal constituía a principal garantia para a sua permanência em África. Cahora Bassa destinava-se a produzir energia quase em exclusivo para a África do Sul e representava o epicentro de um projecto que previa igualmente empreendimentos agrícolas e industriais. Esperava-se que despoletasse a colonização europeia em grande escala e que a albufeira da barragem erguesse uma barreira vital à passagem das guerrilhas da FRELIMO que actuavam a partir das suas bases no Norte de Moçambique (Newitt 1977, 455).

A campanha para pôr termo à construção da barragem aumentou o carácter internacional da luta de libertação de Moçambique e veio demonstrar que, para além de interesses económicos directos a ter em conta, haveria ainda uma dimensão política a considerar, o que aliás viria a marcar decisivamente toda a história de Cahora Bassa.

Cahora Bassa – de quem e para quem?

O processo de negociação da independência de Moçambique, que se oficializou a 25 de Junho de 1975, não contemplou a questão de Cahora Bassa. Entretanto, e numa total inversão da posição mantida até então, a FRELIMO reconhecia agora as potencialidades do empreendimento de Cahora Bassa para a sua estratégia de desenvolvimento nacional, defendendo a sua importância no desenvolvimento do Vale do Zambeze e na melhoria das condições de vida da população moçambicana, através da irrigação dos campos e do acesso à electricidade para fomentar a

agricultura e a indústria nacionais. Esperava-se também que a barragem se constituísse numa importante fonte de divisas através da exportação de energia não só para a África do Sul, mas para toda a região (Issacman 2005, 205).

O primeiro documento regulador deste assunto data de 14 de Abril de 1975⁵, e estabelece o conjunto de princípios orientadores da constituição, organização e financiamento da empresa concessionária de Cahora Bassa – a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (HCB, S.A.R.L.). Dois meses depois, a 16 de Junho de 1975, foi estabelecido o Protocolo Adicional ao Protocolo de Acordo de Cahora Bassa⁶, no qual se definiam as obrigações financeiras do Estado português. No seguimento destes Protocolos elaborou-se, a 21 de Junho de 1975, um Contrato de Concessão⁷ no qual ficava estipulada a concessão de construção e exploração do aproveitamento hidroeléctrico à HCB, S.A.R.L., ou seja, a produção de energia eléctrica e o seu transporte em alta tensão para a África do Sul, bem como a construção e a exploração da Central Norte caso a sua execução viesse a ser decidida.

Paralisação

O ano de 1975 assinala a independência de Moçambique e, simultaneamente, o início do fornecimento de electricidade produzida na HCB à África do Sul. A transmissão de energia da HCB para a África do Sul foi ensaiada pela primeira vez a 19 de Maio de 1975, após o enchimento da albufeira que se verificava desde Dezembro de 1974. Porém, o início da exploração comercial só se verificou em Junho de 1979, pois a montagem de todos os sistemas necessários à exploração comercial demorou cerca de quatro anos. Nesse mesmo ano ocorreram as primeiras negociações tarifárias, com o objectivo de aumentar em 0,5 cR/KWh a tarifa de 1 cR/KWh acordada em 1969 e a mudança da moeda de pagamento do escudo para o rand. Apenas se acordou na mudança de moeda (Lima 2000, 11).

Contudo, desde 1980 que o transporte de energia produzida pela HCB sofria constantes interrupções, fruto das sabotagens provocadas pela RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) durante a guerra civil com a FRELIMO, que resultaram na danificação ou derrube de cerca de dois mil postes das linhas de transporte de energia, correspondentes a cerca de 860 quilómetros, bem como na colocação de minas nos caminhos e corredores de acesso à hidroeléctrica.

Era cada vez mais difícil, senão impossível, fazer a transmissão para a subestação Apollo na África do Sul. Em Dezembro de 1980 foi definitivamente interrompido o transporte de energia, e o contrato de fornecimento à ESKOM de 1969 acabou mesmo por ser suspenso com base na cláusula de "Força Maior".

Reabilitação

A situação em que o empreendimento se encontrava apenas pôde ser invertida em 1992, após a celebração do Acordo de Paz entre a FRELIMO e a RENAMO, embora a sua reparação ainda demorasse cerca de seis anos a ficar concluída. De facto, estimando-se em cerca de 50% o número de postes deitados por terra e a presença de minas nas imediações das linhas de transporte de energia, foi necessário proceder-se ao estudo de reabilitação das linhas bem como aos trabalhos de desminagem. Terminado o estudo e tendo uma ideia dos valores aproximados que custariam os respectivos trabalhos, a Administração da HCB desenvolveu todos os esforços para encontrar os meios que possibilitassem a sua realização, única forma de tornar viável a empresa e a sua exploração regular (HCB 2000,44).

Como tal, logo em 1992 foi celebrado o contrato de fornecimento com a ZESA (*Zimbabwe Electricity Supply Authority*) à tarifa (em dólares norte-americanos – USD) de 0,76 cUSD/KWh para um máximo de 500 Mw, ficando

⁵ "Protocolo de Acordo sobre o Empreendimento de Cahora Bassa, entre a FRELIMO e o Governo da República Portuguesa", de 14 de Abril de 1975 – não publicado.

⁶ "Protocolo Adicional ao Protocolo de Acordo sobre o Empreendimento de Cahora Bassa, entre a FRELIMO e o Governo da República Portuguesa", de 16 de Junho de 1975 – não publicado.

⁷ "Contrato de Concessão do Aproveitamento Hidroeléctrico de Cahora Bassa", de 21 de Junho de 1975 – não publicado.

assim um dos cinco grupos de geradores da HCB totalmente destinado à energia para o Zimbabwe (Lima 2000, 12). Para a concretização deste contrato, foi necessário construir uma nova linha de transporte, em corrente alternada, com cerca de 250Km de extensão. Adicionalmente, foi assinado um contrato suplementar pelo qual a ESKOM cedia parte da sua potência reservada para fornecimento alternativo à ZESA e, desta forma, deixava de ser o comprador exclusivo de energia da HCB (2000, 20).

Em 1993 tiveram então início os trabalhos de reabilitação do empreendimento de Cahora Bassa, que se prolongaram por quatro anos. Terminada a reabilitação das linhas de transporte de energia, a 1 de Dezembro de 1997 a HCB iniciou o fornecimento de energia à ZESA, a 16 de Junho de 1998 iniciou-se o fornecimento de 130 Mw à Electricidade de Moçambique (EdM) para a região Sul de Moçambique, e a 1 de Agosto de 1998 iniciou-se o fornecimento à ESKOM de cerca de 1200 Mw.

Início do Processo de Reversão

Os primeiros sinais da necessidade de novas negociações sobre a HCB surgiram em Abril de 1999, quando o Governo de Moçambique apresentou ao Governo português uma proposta de alteração da estrutura accionista, de reestruturação dos contratos comerciais, do contrato de concessão e da dívida acumulada para uma maior integração do empreendimento em programas de desenvolvimento do país e, em particular, do Vale do Zambeze.

Esta posição de Maputo resultou da constatação da falta de energia eléctrica a nível interno para o abastecimento dos seus projectos económicos de grande impacto, para o consumo em geral e das perdas de receitas com a ausência de taxas associadas à exploração do empreendimento⁸. Portugal mostrava-se disponível para as conversações, embora a resolução desta situação se encontrasse condicionada pela dívida da HCB, na altura estimada em dois mil milhões USD.

À luz dos acordos de 1975, as acções da HCB seriam gradualmente transferidas para Moçambique à medida que o Governo português fosse recuperando o capital e os juros do investimento feito (com as receitas da exploração da HCB). Em virtude da tarifa ter sido sempre baixa, as receitas foram sempre insuficientes para cobrir o passivo. Pelos mesmos acordos, a Hidroeléctrica estava isenta de qualquer regime fiscal, o que limitava igualmente a capacidade de gerar receitas. Se não se alterassem os pressupostos para a reversão do empreendimento para Moçambique, este processo ameaçava ficar ainda mais distante no tempo.

No ano 2000, e na sequência dos resultados das eleições autárquicas, caiu em Portugal o Governo liderado por António Guterres – e com ele o processo de negociação em curso com Moçambique sobre a HCB. Foram necessários mais três anos para que o novo Executivo de Durão Barroso aceitasse o princípio da negociação. No mesmo ano, Moçambique sofreu fortes cheias e inundações, criando uma grande tragédia humanitária e elevadíssimos danos económicos, entre os quais a queda de alguns postes das linhas de transporte de energia para a África do Sul, interrompendo, mais uma vez, o normal funcionamento de energia a este país.

Durante todos os períodos em que não se verificou o fornecimento de energia, houve desgaste dos equipamentos da Hidroeléctrica em operações menos rentáveis, custos operativos e de manutenção, e prejuízos decorrentes das sabotagens – todos maioritariamente financiados por Portugal e que explicam o agravamento do valor da dívida. Devido ao incremento do número de avarias, à descontinuidade do fabrico de determinadas peças de reserva e à necessidade de modernização, teve início a implementação do REABSUL – o projecto de reabilitação, automação e comando da Central-Sul, avaliado em 40 milhões de dólares.

Em 18 de Outubro de 2002, a administração da HCB decidiu suspender o fornecimento de energia à África do Sul. Esta decisão surgiu na sequência da posição intransigente da ESKOM, que novamente se recusava a proceder a alterações tarifárias e que só cedeu após esta medida mais agressiva. Portugal, no entanto, continuava a considerar que as tarifas continuavam muito abaixo dos preços de mercado e, em Julho de 2003, Luís Mira Amaral, Presidente da

⁸ "HCB: Razões da Posição do Governo" in *Jornal Notícias* online de 10-10-2007.

Comissão Permanente Conjunta, ameaçou recorrer ao Tribunal Arbitral Internacional para exigir o aumento tarifário. Subsequentemente, a África do Sul comprometeu-se a fazer uma actualização das tarifas, que passaram logo no ano de 2004 para 7,4 cR/Kwh – o dobro do que até aí estava a ser pago – e, em 2007, passaram para o preço de mercado, ou seja, 12,5 cR/Kwh (Pavia 2008, 7-8).

Por ocasião da visita do Primeiro-Ministro Durão Barroso a Moçambique em Março de 2004, e já com o acordo de actualização tarifária com a África do Sul rubricado, relançaram-se as negociações entre Portugal e Moçambique com vista a uma eventual reversão da maioria do capital social do empreendimento (Pavia 2008, 8). Em Maio de 2005, João Gomes Cravinho, Secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros e Cooperação português, assegurava que o encerramento das negociações para a transferência da HCB estava para breve (Munguambe 2006).

Reversão

O acordo foi finalmente alcançado no dia 2 de Novembro de 2005, através da assinatura de um Memorando de Entendimento entre os Governos de Portugal e Moçambique, em Lisboa, por ocasião de uma visita do Presidente Guebuza. Portugal comprometia-se a vender 67% do capital social da HCB ao Governo de Moçambique ao preço global de 950 milhões USD, aproximadamente 780 milhões de euros, (Jornal Público 2005). Este valor era dividido em duas partes: a primeira, de 250 milhões USD, no dia da assinatura do acordo de transferência da HCB e a segunda, de 700 milhões USD, até 31 de Dezembro de 2007. Desta forma, Portugal ficaria com 15% do capital social, mantendo-se como accionista de referência e parceiro estratégico, e o Governo de Moçambique tornar-se-ia no accionista maioritário com 85% do capital. Para o futuro, Portugal ficava ainda comprometido a alienar 5% da sua posição a um eventual comprador, indicado ou aprovado por Moçambique.

No entanto seguiu-se um interregno no processo – Portugal delegou no EUROSTAT (*European Union Statistical Office*)⁹ a análise de eventuais implicações para o seu défice e para um potencial desequilíbrio nas suas contas públicas decorrentes desta operação financeira com Moçambique. Após cerca de um ano em avaliação, o EUROSTAT concluiu que o perdão da dívida de Moçambique, implícito na operação de venda da participação do Estado português na HCB, não teria quaisquer efeitos no cálculo do défice orçamental. Os receios portugueses justificavam-se pelo facto de a dívida representar um valor de 1,9 mil milhões USD (cerca de 1,5 mil milhões de euros) e, caso entrasse para o cálculo do défice, acrescentaria cerca de 1% aos 4,6% previstos para 2006, o que implicaria ultrapassar o limite imposto pelo Programa de Estabilidade e Crescimento que vigorava. A venda dos 67% detidos pelo Estado português na HCB foi então contabilizada como uma operação de privatização, pelo que não foi contabilizada como parte do défice orçamental. Do ponto de vista técnico, o perdão da dívida não foi encarado como tal, mas sim como uma operação de saneamento financeiro, ou seja, de reconversão da dívida em capital da empresa (Lopes 2006)¹⁰.

Desta forma, foi assinado em Maputo, a 31 de Outubro de 2006, o Acordo de Reestruturação e Transmissão do Controlo da HCB (ou Acordo de Reversão e Transferência) para o Estado de Moçambique. Nesse mesmo dia, após a cerimónia de assinatura, foram pagos os 250 milhões USD, correspondentes à primeira tranche, e totalmente provenientes das receitas geradas pela HCB. Com este documento ficou assente que o Estado moçambicano passa a deter 85% da estrutura accionista da HCB e o Estado português apenas 15%. Ficava previsto que Portugal mantivesse dois administradores na empresa, assim como o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e a Comissão de Fiscalização, durante quatro anos. Após esse período, se Portugal mantivesse a posição de 15% continuaria a ter dois administradores, e se reduzisse a posição para 10% permaneceria um administrador português.

A segunda tranche, os restantes 700 milhões USD, teria de ser paga até 31 de Dezembro de 2007. Para o efeito, em Maio de 2007, o Governo de Moçambique formalizou, com o consórcio formado pelos bancos BPI (Banco

⁹ Entidade contabilística da União Europeia.

¹⁰ Esta situação encaixa no regime de excepção previsto pelo Sistema Europeu de Contas (SEC), segundo o qual a *anulação e assumpção pelo Estado de dívidas de uma empresa pública, como parte de uma operação de privatização* não conta para o défice orçamental. Assim, os 950 milhões de dólares que o Estado português recebeu pela venda da participação na HCB foram abatidos à dívida pública.

Português de Investimentos) e o francês Calyon, o acordo de financiamento para a liquidação da dívida a Portugal¹¹. Para o pagamento da dívida foram assegurados aos bancos em consórcio os contratos de venda de energia que a HCB tem com os seus clientes, nomeadamente a EdM, a ESKOM e a ZESA, contratos que se traduzem em fluxos financeiros que vão entrar na empresa¹². A gestão operacional, manutenção e assistência técnica da HCB ficou nas mãos da empresa canadiana Manitoba Hydro, uma empresa da confiança deste consórcio bancário.

A cerimónia oficial destinada a comemorar a transferência da HCB para Moçambique ficou agendada para 27 de Novembro de 2007, pois estava previsto que nessa data Portugal já tivesse recebido o montante correspondente à segunda parte da dívida. Porém, o pagamento dos 700 milhões USD só ocorreu ao final da manhã do próprio dia 27 de Novembro de 2007, a escassas horas de se iniciarem as comemorações na vila do Songo (vila onde se situa o complexo hidroeléctrico): o consórcio bancário havia confirmado estar em condições de pagar a dívida remanescente no prazo estipulado mas não só se verificaram sucessivos adiamentos como também surgiu a necessidade de se proceder a acertos nos câmbios, na sequência da desvalorização do dólar face ao euro¹³. Parte do atraso nas negociações, que se prolongaram na madrugada de 26 para 27 de Novembro, ficou igualmente a dever-se a um "problema técnico" com a África do Sul, que sugeria novas emendas ao texto (Chiure 2007).

Culminado o processo de pagamento da dívida de 950 milhões USD, Moçambique ficou finalmente com o controlo efectivo de 85% das acções da HCB. Assinados os últimos documentos, chegava o momento das celebrações oficiais da reversão. A cerimónia do Songo teve a presença dos principais Chefes de Estado da SADC (Southern African Development Community) e foi marcada pelo descerramento de uma lápide comemorativa, cultos religiosos e outras actividades culturais. Mais do que comemorar a conclusão das negociações, este momento de festa revestiu-se de um grande simbolismo e foi encarado pelo Presidente Guebuza como uma "segunda independência nacional", pois como sustenta Alice Dinerman, o facto de Cahora Bassa passar definitivamente para a posse de Moçambique como que representava materialmente o fim da submissão aos interesses do colonialismo português e as memórias de desestabilização fomentadas pelo regime de *apartheid* sul-africano (Dinerman 2007, 19).

Alienação

José Sócrates, então Primeiro-Ministro português, visitou oficialmente Moçambique na primeira semana de Março de 2010. No dia 4 de Março deslocou-se à HCB e deu luz verde para a venda dos 15% do capital da empresa que ainda estavam na mão do Estado português (Dinis 2010). Para o efeito, na vila do Songo os Ministros das Finanças (Manuel Chang) e da Energia (Salvador Namburete) de Moçambique e o Secretário do Estado do Tesouro de Portugal (Carlos Costa Pina) rubricaram um Memorando de Entendimento relativo à alienação da participação do Estado português na Hidroeléctrica.

No dia seguinte, foi assinado em Maputo um novo Memorando de Entendimento entre os Governos de Lisboa e Maputo, o qual indica a CEZA (Companhia Eléctrica do Zambeze) do lado moçambicano, e a REN (Redes Energéticas Nacionais) do lado português, como potenciais interessadas na aquisição, em partes iguais, dos 15% da HCB que o Estado português pretende alienar (Jornal Diário Digital 2010).

Agora totalmente na posse do Estado moçambicano, Cahora Bassa representa uma variável de importância estratégica para o país, tanto no plano regional como internacional. Com efeito, para além de se poder tornar no

¹¹ "Formalizado acordo com consórcio Calyon/BPI para pagar a Portugal" in *Jornal Notícias Lusófonas* de 24-05-2007.

¹² De facto, existe um mecanismo estabelecido para que esses fluxos sejam utilizados para o pagamento da dívida, sem que as acções da HCB sejam afectadas.

*HCB: A força do Protocolo de Outubro de 2006" in *Jornal Notícias* online de 10-10-2007.

¹³ Os 700 milhões de dólares valiam cerca de 550 milhões de euros quando o Acordo foi assinado em Outubro de 2006, mas em Novembro de 2007 já só valiam pouco mais de 470 milhões de euros. Isto é, apesar das tentativas de acerto de última hora, o Estado Português perdeu cerca de 80 milhões de euros (cerca de 14%) com a diferença cambial.

*Cahora Bassa: Dinheiro a receber por Portugal vale hoje menos 14% do que na altura da assinatura do acordo" in *Jornal Expresso* online de 23-11-2007.

maior fornecedor de electricidade em toda a região da África Austral, a HCB ocupa também um lugar cimeiro no PDVZ (Plano de Desenvolvimento do Vale do Zambeze), o qual abrange uma área de 229.000 km² e atrai grandes interesses internacionais (China, Índia, Austrália, EUA, entre outros) com vista à exploração das suas vastas riquezas agro-pecuárias, mas também energéticas e geológicas, uma vez que é uma das maiores bacias carboníferas do mundo (Pavia 2010, 3-4).

Conclusões

Após a reversão da HCB foi notória uma melhoria na relação entre Portugal e Moçambique, a qual foi visível em actos e palavras. As autoridades moçambicanas têm-no mostrado claramente, sendo sintomático do excelente momento no relacionamento bilateral o facto de o Presidente Armando Guebuza ter escolhido Portugal para a sua primeira visita oficial após a sua reeleição.

Foi, aliás, a melhoria do relacionamento que favoreceu as visitas oficiais do Presidente da República Português, em 2008, e do Primeiro Ministro, em 2010. Em todos estes encontros foi notório o acolhimento amistoso das autoridades moçambicanas.

Este aprofundamento das relações permitiu que fosse decidida a realização de Cimeiras Anuais entre os dois países, instituindo a realização de consultas políticas regulares ao mais alto nível político entre os respectivos Governos. Isto demonstra o elevado grau e a profundidade do relacionamento, uma vez que Moçambique só tem este tipo de instrumento com a África do Sul, o seu principal parceiro comercial. Outro exemplo da excelente relação entre os dois países é a quantidade e diversidade de acordos que ambos assinaram no passado recente:

Memorando de Entendimento entre a República Portuguesa e a República de Moçambique em Matéria de Actuação Imediata na Área das Alterações Climáticas, para fomentar a cooperação com Moçambique na preparação de acções de combate às alterações climáticas, estimulando o desenvolvimento e implementação de acções de actuação imediata, na sequência do acordado na Conferência de Copenhaga.

Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar 2010-2013, que determina os projectos e as acções a desenvolver entre os dois países para o reforço da capacitação dos três ramos das Forças Armadas;

Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e a República de Moçambique relativo à Cooperação em Matéria de Energias Renováveis, abrangendo os sectores da energia convencional, energias renováveis e eficiência energética tendo em vista o aprofundamento da política energética e a cooperação empresarial e técnica no domínio da energia;

Protocolo Quadro de Cooperação entre o Ministério da Cultura da República Portuguesa e o Ministério da Cultura da República de Moçambique, que prevê a realização de acções conjuntas e da partilha de informações na área da cultura, nomeadamente nos domínios do teatro, da música, da dança e bailado, das demais artes, da museologia, da arqueologia, dos arquivos, das bibliotecas, do livro e da leitura;

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações da República Portuguesa e o Ministério dos Transportes e Comunicações da República de Moçambique no domínio dos Transportes e das Comunicações, com o objectivo de desenvolver a cooperação e troca de experiências no domínio dos transportes rodoviário, aéreo, ferroviário e marítimo e nas comunicações, através da realização de acções de assistência técnica, formação, estabelecimento de parcerias entre as Instituições e Departamentos do sector, fornecimento e aquisição de equipamentos e capacitação institucional;

Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação da República Portuguesa e o Ministério da Educação e Cultura da República de Moçambique na Área das Bibliotecas Escolares, para a criação e o desenvolvimento de bibliotecas escolares e de um conjunto de iniciativas de promoção da leitura em escolas moçambicanas;

Segundo Aditamento à Linha de Crédito Concessional celebrada em 1 de Julho de 2008, entre a República Portuguesa, a República de Moçambique e Caixa Geral de Depósitos, para ampliação da linha de crédito concessional,

financiada pela Caixa Geral de Depósitos e garantida e bonificada pelo Estado Português, de 200 milhões de euros, para o montante máximo de 400 milhões de euros, destinando-se ao financiamento de projectos de investimento em infra-estruturas em Moçambique, com a participação de empresas portuguesas bem como no fornecimento de equipamentos e serviços de origem portuguesa.

Esta relação Estado a Estado tem beneficiado igualmente o sector empresarial português, o qual tem vindo a assumir um papel crescente na economia moçambicana. De facto, este ambiente favorável permitiu que empresas portuguesas tenham estado ligadas a grandes empreendimentos em Moçambique, como é o caso da Mota-Engil nas infra-estruturas (com o exemplo paradigmático da ponte de Caia sobre o Zambeze), a Portucel na produção de pasta de papel (instalação de uma fábrica e uma base industrial para fornecimento de matéria-prima, num investimento de milhões de euros até ao ano 2025) e os principais bancos portugueses (Millennium BCP, BPI e Caixa Geral de Depósitos). Para além dos sectores tradicionais, as empresas portuguesas começaram também a apostar em novas áreas, como as energias renováveis. É desta forma que a amizade e a afinidade entre Lisboa e Maputo se vão cimentando, reforçando continuamente uma parceria estratégica nos planos político, diplomático, económico e cultural.

Bibliografia

- Chiure, Alexandre. 2007. "Teixeira dos Santos chegou atrasado à festa no Songo". *Diário de Notícias*, 28 de novembro.
- _____. 2010. "REN e CEZA convidadas para comprar 15% da HCB". *Diário Digital*, 5 de março.
- Dinerman, Alice. 2007. "Moçambique depois do socialismo: a independência revisitada". *Revista Relações Internacionais*, 15.
- Dinis, David. 2010. "15% de Cahora Bassa à venda". *Diário de Notícias*, 4 de março.
- "Cahora Bassa: Dinheiro a receber por Portugal vale hoje menos 14% do que na altura da assinatura do acordo". *Expresso*, 23 de novembro de 2007.
- Plano de Desenvolvimento do Vale do Zambeze*, 1971. Lisboa: Ministério do Ultramar.
- HCB. 2000. *A Nossa Energia Abraça Moçambique – 25º Aniversário da HCB* (s. l./s.e.).
- Isaacman, Allen. 2005. "Displaced People, Displaced Energy and Displaced Memories: the case of Cahora Bassa 1970-2004". *International Journal of African Historical Studies* 38: 201-238.
- Lima, Graça M. M. 2010. "A Viabilidade da Hidroelétrica de Cahora Bassa e da sua Integração na Rede Energética da África Austral", Tese de Mestrado, ISEG.
- Lopes, Bruno Faria. 2006. "Perdão da Dívida de Cahora Bassa não afecta o défice". *Diário Económico*, 27 de outubro.
- Middlemas, Keith. 1975. *Cahora Bassa: engineering and politics in Southern Africa*, London: Weidenfeld and Nicolson.
- Mungambe, Titos. 2006. "Uma Nova Fase para Negociações Sãs". *Notícias*, 31 de Outubro.
- Newitt, Malyn, 1977. *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- "HCB: A força do Protocolo de Outubro de 2006". *Notícias*, 10 de outubro de 2007.
- "HCB: Razões da Posição do Governo". *Notícias*, 10 de outubro de 2007.
- "Formalizado acordo com consórcio Calyon/BPI para pagar a Portugal". *Notícias Lusófonas*. 24 de maio de 2007.
- Pavia, José F. 2010. "Mozambique and Portugal: Is the Cahora Bassa issue solved, once and for all?". *IPRIS Lusophone Countries Bulletin* 3-4.
- Pavia, José F. 2008. "Power Politics em África: Portugal, Moçambique e a África do Sul no processo de negociação da Hidroelétrica de Cahora Bassa", comunicação apresentada na Conferência "Água em África: Hidro-Pessimismo ou Hidro-Optimismo", Porto, CEAUP.
- Pinto, Orlando M. 2007. "Cahora Bassa: o Grande Projecto no Desenvolvimento do Vale do Zambeze, de Moçambique e da Região (1950-2006)", Tese de Mestrado, ISCTE.
- "Cahora Bassa: Portugal recebe cerca de 787,4 milhões de euros de dívidas da hidroelétrica.", 2 de novembro de 2005.
- UNEP. 2002. *Atlas of International Freshwater Agreements*, Program in Water Conflict Management and Transformation, New York: UNEP/FAO.